

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC)

De um lado, doravante denominada **QNET TELECOM LTDA**, ou simplesmente **CONTRATADA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.648.681/0001-48, com sede na Avenida São Paulo, nº 5511, Zona II – Cidade de UMUARAMA/ PR, CEP: 87.501-420 e telefone (44) 2031-0202 ou 0800-643-8222, neste ato, representada por seu Representante Legal infra-assinado, nos termos do seu Contrato Social;

E do outro, as pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado que venham a se submeter a este instrumento, mediante uma das formas alternativas de adesão descritas no presente Contrato, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** ou **CLIENTE**, nomeadas e qualificadas através de **TERMO DE ADESÃO** ou de outra forma alternativa de adesão ao presente instrumento; têm entre si justo e contratado o presente instrumento particular, acordando quanto às cláusulas e condições adiante estabelecidas, obrigando-se por si, seus herdeiros e/ou sucessores.

DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS E DEFINIÇÕES

Para fins deste contrato, a expressão **TERMO DE ADESÃO** designa o instrumento (impresso ou eletrônico) de adesão (presencial ou *online*) a este contrato que determina o início de sua vigência, que o completa e o aperfeiçoa, sendo parte indissociável e formando um só instrumento para todos os fins de direito, sem prejuízo de outras formas de adesão previstos em Lei e no presente Contrato. O **TERMO DE ADESÃO**, assinado, obriga o **CONTRATANTE** aos termos e condições do presente Contrato, podendo ser alterado através de ADITIVOS, desde que devidamente assinados por cada parte.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

- 1.1. As partes retro qualificadas, de comum acordo resolvem celebrar o presente instrumento para a prestação e a fruição do **SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (aqui denominado de STFC)** pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, nas modalidades local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), por meio de acesso identificado por um Código de Acesso (número) disponibilizado pela **CONTRATADA** em endereço indicado pelo **CONTRATANTE**, mediante pagamento de tarifas ou preços, na forma da Regulamentação aplicável e constante no **TERMO DE ADESÃO**.
- 1.1.1. O **STFC**, destinado ao uso do público em geral, é o serviço de telecomunicações que, por meio de transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando Processos de Telefonia.
- 1.1.2. Entende-se por Processos de Telefonia, aqueles que permitem a comunicação entre pontos fixos determinados, de voz e outros sinais, utilizando técnica de transmissão nos modos 3,1 kHz - voz ou 7 kHz - áudio ou até 64kbit/s irrestrito, por meio de fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético.
- 1.1.3. O Serviço destina-se à transmissão de voz.
- 1.1.4. O Número que permite a identificação do **ASSINANTE**, constitui um bem público, administrado pela **ANATEL**, e sua utilização não confere qualquer direito de propriedade sobre o mesmo.
- 1.2. Os Assinantes do **STFC** são subdivididos em classes, conforme o disposto na regulamentação vigente. A Classe do Assinante é a denominação atribuída ao grupo de assinantes do **STFC**, que em função de suas características específicas, pode demandar funcionalidades de rede, forma de tratamento de tráfego, critérios tarifários ou outras condições associadas à prestação do Serviço.



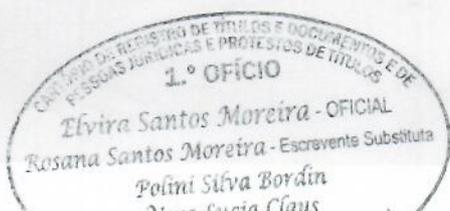
Página 1

ARTORIO DE REGISTRO DE TITULOS,
DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURIDICAS
SELO DE AUTENTICIDADE
art 9º da Lei 13228/01 e Prov. 040/02 do
CGJ Certifico que Selo de Autenticidade
de Atos foi afixado na última folha do docu-
mento entregue para a parte.

- 1.2.1. Classe Especial (AICE): Classe de Assinante de acesso individual que tem condições específicas de oferta, utilização, aplicação de tarifas, forma de pagamento, tratamento das chamadas, qualidade e sua função social.
- 1.2.2. Classe Residencial: corresponde à Classe de Assinante de acesso individual destinado para uso estritamente doméstico.
- 1.2.3. Classe Não Residencial: corresponde à Classe de Assinante de acesso individual destinado para outro uso que não estritamente doméstico.
- 1.2.4. Classe Tronco: corresponde à Classe de Assinante de acesso individual cujo terminal é constituído por uma central privativa de comutação telefônica (CPCT).
- 1.3. Facilidades, comodidades e utilidades adicionais e inerentes ao **STFC** (PUC – Prestação, Utilidade ou Comodidade), disponibilizadas pela **PRESTADORA**, poderão ser requeridas pelo **ASSINANTE**, a qualquer momento, e serão objeto de cobrança específica, através de documentos próprios. A ativação das PUCs dependerá da existência de condições técnicas.
- 1.4. O presente Contrato permite ao **ASSINANTE** o acesso ao **STFC** nas modalidades Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), disponibilizado por todas as Prestadoras legalmente habilitadas, mediante pagamento de tarifas ou preços correspondentes.
- 1.5. A prestação do **STFC** encontra-se regulamentado pela Resolução nº 426, de 04 de dezembro de 2005, demais leis (LGT), Normas (Norma 4) aplicáveis e instrumentos regulamentares vigentes ou que venham a ser editados pela **ANATEL**.
- 1.5.1. A prestação do **STFC** será realizada diretamente pela **CONTRATADA**, que se encontra devidamente autorizada na Agência Nacional de Telecomunicações – **ANATEL**, nos termos:
ATO 8189/2014 de 14 de outubro de 2014, publicado no D.O.U. em 22 de outubro de 2014.
- 1.6. Para fruição do Serviço por meio de Sistema de Acesso Fixo sem fio, quando acessado por meio de terminal do tipo portátil, ficam estabelecidas as condições específicas:
- 1.6.1. O terminal do tipo portátil não permite a conexão com outros equipamentos terminais, ficando sua mobilidade restrita à área geográfica correspondente ao imóvel indicado pelo **ASSINANTE** como ponto fixo para a prestação do Serviço.
- 1.6.2. É de exclusiva responsabilidade do **ASSINANTE**, após a obtenção do terminal do tipo portátil, entrar em contato com a Central de Atendimento da **PRESTADORA**, para a ativação do acesso à fruição do Serviço.
- 1.6.3. Após a ativação do Serviço e no prazo máximo de até 7 (sete) dias após esta data, caso não seja de interesse do **ASSINANTE** continuar com a utilização do terminal do tipo portátil para fruição do Serviço, o mesmo deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da **PRESTADORA**, para manifestar esta decisão, sem prejuízo da exigibilidade dos débitos referentes a disponibilidade e utilização do Serviço neste período.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DIREITOS E DEVERES DA CONTRATADA

- 2.1. São deveres da **CONTRATADA**, dentre outros previstos no Capítulo III do Regulamento Anexo à Resolução ANATEL nº 614/2013:
- 2.1.1. Nos termos do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações (Resolução nº 73/1998), ser a responsável pela prestação do **STFC** perante a ANATEL e demais entidades correlatas, pelos licenciamentos e registros, independentemente da propriedade ou posse dos equipamentos utilizados para a prestação dos serviços, que deverão estar em conformidade com as determinações normativas aplicáveis;
- 2.1.2. Prestar o **STFC** segundo os parâmetros de qualidade dispostos no Regulamento Anexo à Resolução ANATEL n.º 614/2013, especialmente em seu Título IV, Capítulo III – Dos



ARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS
Página 2
SELO DE AUTENTICIDADE
art 9º da Lei 10228/01 e Prov. 640/02 da
CGJ Certifico que Selo de Autenticidade
de Atos foi afixado na última folha do dom-
ESTRADA

Direitos e Deveres da Prestadora: I - prestar serviço adequado na forma prevista na regulamentação; II - cumprir e fazer cumprir este Regulamento e as demais normas editadas pela Anatel; III - utilizar somente equipamentos cuja certificação seja expedida ou aceita pela Anatel; IV - enviar ao Assinante, por qualquer meio, cópia do Contrato de Prestação do **STFC** e do Plano de Serviço contratado; V - observadas as condições técnicas e capacidades disponíveis nas redes das Prestadoras, não recusar o atendimento a pessoas cujas dependências estejam localizadas na Área de Prestação do Serviço, nem impor condições discriminatórias, salvo nos casos em que a pessoa se encontrar em área geográfica ainda não atendida pela rede; VI - tornar disponíveis ao Assinante, com antecedência mínima de trinta dias, informações relativas a alterações de preços e condições de fruição do serviço, entre as quais modificações quanto à velocidade, Plano de serviço contratados e mediante solicitação do **ASSINANTE**, o detalhamento das chamadas locais medidas em minutos, que permita identificar, para cada chamada local realizada, (i) o número do telefone chamado, (ii) a data e horário de realização, (iii) a duração, e (iv) o seu respectivo valor; VII - tornar disponíveis ao Assinante informações sobre características e especificações técnicas dos terminais, necessárias à conexão dos mesmos à sua rede, sendo vedada a recusa à conexão de equipamentos sem fundamento técnico comprovada; VIII - prestar esclarecimentos ao Assinante, de pronto e livre de ônus, face a suas reclamações relativas à fruição dos serviços; IX - observar os parâmetros de qualidade estabelecidos na regulamentação e no contrato celebrado com o Assinante, pertinentes à prestação do serviço e à operação da rede; e manter a qualidade conforme o Regulamento de Gestão da Qualidade do **STFC** e o desempenho conforme taxas discriminadas no **TERMO DE ADESÃO**.

2.1.3. Manter em pleno e adequado funcionamento o Centro de Atendimento, por meio de discagem direta gratuita através do número 0800-643-8222, no horário de 8:00 às 20:00 horas nos dias úteis, atendimento presencial no endereço Avenida São Paulo, nº 5511, Zona II - Cidade de Umuarama-PR em horário comercial (8:00 às 18:00 nos dias úteis e sábado das 08:00 as 12:00), pelo e-mail contato@qnet.com.br ou através da página www.qnet.com.br de forma a possibilitar eventuais reclamações relativas ao serviços contratados.

2.1.4. Atender às solicitações de instalação, manutenção e reparo no prazo de **72 horas**, contados a partir da solicitação da **CONTRANTE** num dos meios de contato com a **CONTRATADA**, descritos no item **2.1.3**.

2.2. A **CONTRATADA** se exime de qualquer responsabilidade por danos e/ou prejuízos e/ou pela prática de atividades e condutas negativas pelo **CONTRATANTE**, danosas e/ou ilícitas, através da utilização dos canais de comunicação telefônico objetos deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

3.1. São deveres do **CONTRATANTE**:

3.1.1. Efetuar os pagamentos devidos em razão dos serviços decorrentes deste contrato, de acordo com os valores, periodicidade, forma, condições e vencimentos pactuados no presente instrumento;

3.1.2. Utilizar adequadamente os serviços, redes e equipamentos relativos aos serviços ora contratados, comunicando à **CONTRATADA** qualquer eventual anormalidade observada;

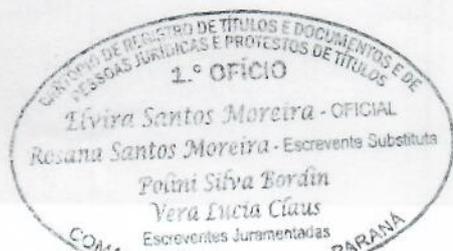
3.1.3. Cumprir as obrigações de uso do **STFC** legalmente previstas pelo Título II, Capítulo II, Parágrafo 4º da Resolução n.º 632/2014 – São deveres dos Consumidores: I - utilizar adequadamente os serviços, equipamentos e redes de telecomunicações; II - respeitar os bens públicos e aqueles voltados à utilização do público em geral; III - comunicar às autoridades competentes irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos por Prestadora de serviço de telecomunicações; IV - cumprir as obrigações fixadas no contrato de



ARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS
Página 3
SELO DE AUTENTICIDADE
art. 9º da Lei 10228/01 e Prov. 049/02 da
CJ Certificação que Selo de Autenticidade
e Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte

prestação do serviço, em especial efetuar pontualmente o pagamento referente à sua prestação, observada as disposições regulamentares; V - somente conectar à rede da Prestadora terminais que possuam certificação expedida ou aceita pela Anatel, mantendo-os dentro das especificações técnicas segundo as quais foram certificadas; VI - indenizar a Prestadora por todo e qualquer dano ou prejuízo a que der causa, por infringir de disposição legal, regulamentar ou contratual, independentemente de qualquer outra sanção; e, VII - comunicar imediatamente à sua Prestadora: a) o roubo, furto ou extravio de dispositivos de acesso; b) a transferência de titularidade do dispositivo de acesso; e, c) qualquer alteração das informações cadastrais.

- 3.1.4. Permitir às pessoas designadas pela **CONTRATADA** o acesso às dependências onde estão instalados os equipamentos disponibilizados e necessários à prestação dos Serviços Telefônico Fixo Comutado;
- 3.2. São direitos do **CONTRATANTE**, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, todos os itens do Título II, Capítulo I da Resolução 632/2014, principalmente: I - ao acesso e fruição dos serviços dentro dos padrões de qualidade e regularidade previstos na regulamentação, e conforme as condições ofertadas e contratadas; II - à liberdade de escolha da Prestadora e do Plano de Serviço; III - ao tratamento não discriminatório quanto às condições de acesso e fruição do serviço, desde que presentes as condições técnicas necessárias, observado o disposto na regulamentação vigente; IV - ao prévio conhecimento e à informação adequada sobre as condições de contratação, prestação, meios de contato e suporte, formas de pagamento, permanência mínima, suspensão e alteração das condições de prestação dos serviços, especialmente os preços cobrados, bem como a periodicidade e o índice aplicável, em caso de reajuste; V - à inviolabilidade e ao segredo de sua comunicação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações e as atividades de intermediação da comunicação das pessoas com deficiência, nos termos da regulamentação; VI - à não suspensão do serviço sem sua solicitação, ressalvada a hipótese do Capítulo VI do Título V ou por descumprimento de deveres constantes do art. 4º da LGT, sempre após notificação prévia pela Prestadora; VII - à privacidade nos documentos de cobrança e na utilização de seus dados pessoais pela Prestadora; VIII - à apresentação da cobrança pelos serviços prestados em formato adequado, respeitada a antecedência mínima prevista no art. 76; IX - à resposta eficiente e tempestiva, pela Prestadora, às suas reclamações, solicitações de serviços e pedidos de informação; X - ao encaminhamento de reclamações ou representações contra a Prestadora, junto à Anatel ou aos organismos de defesa do consumidor; XI - à reparação pelos danos causados pela violação dos seus direitos; XII - a ter restabelecida a integridade dos direitos relativos à prestação dos serviços, a partir da quitação do débito, ou de acordo celebrado com a Prestadora; XIII - a não ser obrigado ou induzido a adquirir serviços, bens ou equipamentos que não sejam de seu interesse, bem como a não ser compelido a se submeter a qualquer condição, salvo diante de questão de ordem técnica, para recebimento do serviço, nos termos da regulamentação; XIV - a obter, mediante solicitação, a suspensão temporária do serviço prestado, nos termos das regulamentações específicas de cada serviço; XV - à rescisão do contrato de prestação do serviço, a qualquer tempo e sem ônus, sem prejuízo das condições aplicáveis às contratações com prazo de permanência; XVI - de receber o contrato de prestação de serviço, bem como o Plano de Serviço contratado, sem qualquer ônus e independentemente de solicitação; XVII - à transferência de titularidade de seu contrato de prestação de serviço, mediante cumprimento, pelo novo titular, dos requisitos necessários para a contratação inicial do serviço; XVIII - ao não recebimento de mensagens de texto de cunho publicitário em sua estação móvel, salvo consentimento prévio, livre e expresso; XIX - a não ser cobrado pela assinatura ou qualquer outro valor referente ao serviço durante a sua suspensão total; e, XX - a não ter cobrado qualquer valor alheio à prestação do serviço de telecomunicações sem autorização prévia e expressa.

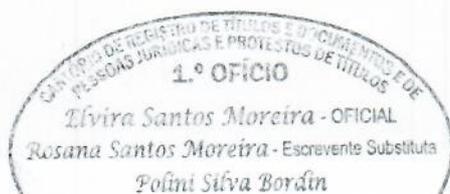


Página 4

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS
SELO DE AUTENTICIDADE
Art. 9º da Lei 13228/01 e Prov. 046/02 da CGJ Certifica que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. Pelos serviços objeto do presente instrumento, as partes em conformidade com o negócio jurídico perfeito e acabado, que a **CONTRATANTE** remunerará a **CONTRATADA** nos valores ajustado na proposta do **TERMO DE ADESÃO**, nas condições indicadas naquele.
- 4.2. Havendo atraso no pagamento de qualquer quantia **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** será obrigada ao pagamento de: **I - multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor devido; II - correção monetária apurada, segundo a variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas IGP-DI, ou outro índice que o substitua, desde a data do vencimento até a data da efetiva liquidação; e III - juros de mora de até 1% (um por cento) ao mês, calculados "pro rata die", desde a data do vencimento até a data da efetiva liquidação; IV - outras penalidades previstas em Lei e no presente Contrato, sem prejuízo de indenização por danos suplementares.**
- 4.3. O valor da mensalidade deste Contrato, explicitada no **TERMO DE ADESÃO**, será reajustado segundo a periodicidade mínima admitida em lei com base na variação do Índice Geral de Preços, Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou no caso de sua extinção ou da inexistência de sua divulgação, por outro índice que melhor reflita a perda do poder aquisitivo da moeda nacional ocorrida no período.
- 4.4. A nota fiscal-fatura mensal será disponibilizada no espaço reservado no site da **CONTRATADA** ("Central do Assinante"), com antecedência mínima de 05 (cinco) dias à data de vencimento.
- 4.5. A **CONTRATADA** esta isenta do cumprimento deste prazo em casos de força maior ou caso fortuito.
- 4.6. O **CONTRATANTE** recebe, no ato da contratação, o usuário e senha necessários para acesso à "Central do Assinante" – campo disponibilizado no site da **CONTRATADA** – podendo alterar, sob sua responsabilidade e se assim desejar, a senha de acesso.
- 4.7. O não recebimento da cobrança pela **CONTRATANTE** não isenta a mesma do devido pagamento. Nesse caso, a **CONTRATANTE** deverá, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da data de vencimento, contatar a **CONTRATADA** pela sua Central de Atendimento, por meio de discagem direta gratuita através do número 0800-643-8222, no horário de 8:00 às 20:00 horas nos dias úteis, atendimento presencial no endereço Avenida São Paulo, nº 5511, Zona II – Cidade de Umuarama-PR em horário comercial (8:00 às 18:00 nos dias úteis e sábado das 08:00 às 12:00), pelo e-mail contato@qnet.com.br ou através da página www.qnet.com.br de forma a possibilitar eventuais reclamações relativas aos serviços contratados.
- 4.8. O descumprimento da obrigação até o **10º (décimo) dia** após a data de vencimento, implicará na suspensão temporária da prestação do serviço, sem prejuízo da exigibilidade dos encargos contratuais, ficando o reestabelecimento dos serviços condicionado ao (s) pagamento (s) do (s) valor (es) em atraso, acrescido de multa e dos juros.
- 4.9. Comprovada a falta de pagamento do valor da mensalidade devida pelo **ASSINANTE**, este permite desde já a **PRESTADORA**, a seu exclusivo critério, inserir sem prejuízo, após **30 (trinta) dias** da data de vencimento, o (s) débito (s) correspondente (s) nos órgãos de proteção e restrição ao crédito e congêneres.
- 4.10. Persistindo a inadimplência por mais **60 (sessenta) dias** permitirá à **PRESTADORA** mediante prévio aviso ou notificação judicial ou extrajudicial emitida em favor do assinante informando o cancelamento/desligamento da prestação do serviços, que ensejará na rescisão contratual na forma do item **8.1**, sem prejuízo de obter o pagamento ou ressarcimento de eventuais dívidas existentes e de serem tomadas as medidas judiciais cabíveis prevista em lei a fim de apurar e liquidar eventuais perdas e danos havendo a necessidade de utilização de meios legais para efetivação da cobrança, todas as despesas daí decorrentes serão suportadas pelo **ASSINANTE**,



Página 5

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS
SELO DE AUTENTICIDADE

Art. 9º da Lei 10.228/01 e Prov. 040/02 da CGJ Certifica que o Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento.

inclusive honorários advocatícios.

- 4.11. Quando o (s) atraso (s) no (s) pagamento (s) for (em) superior (es) a **12 (doze)** meses. Além dos encargos de multa e juros, deve ser acrescida, ao (s) valor (es) devido (s), a atualização monetária na mesma forma do item **4.3** supra.
- 4.12. A **CONTRATANTE** poderá contestar seu débito num dos meios de contato com a **CONTRATADA**, descritos no item **2.1.3**, munido da informação do documento de cobrança e de suas razões de contestação.

CLAUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DO STFC NA FORMA PRÉ-PAGO

- 5.1. Os Planos de Serviço na forma pré-pago, mediante a aquisição de créditos vinculados a terminal de Assinante devem observar, especialmente, o disposto abaixo.
- 5.1.1. Entende-se por crédito pré-pago vinculado, aquele que caracterizado pela sua não portabilidade, devendo ser consumido em um terminal de assinante da Prestadora que comercializou o crédito.
- 5.1.2. O **ASSINANTE** realizará o pagamento pela utilização do Serviço antecipadamente, mediante a inserção de créditos, para que possa utilizá-los em suas chamadas.
- 5.1.2.1. Os créditos pré-pagos vinculados ao terminal do **ASSINANTE** devem ser cumulativos e possuírem validade de 5 (cinco) anos, contados a partir da sua ativação. Uma vez ativado, no ato do registro da aquisição junto a **PRESTADORA** ou na primeira utilização, os créditos deverão permanecer ativos e disponíveis para uso do **ASSINANTE** por **6 (seis)** meses, contados a partir da sua ativação.
- 5.1.2.2. Findo esse prazo, o crédito remanescente deve permanecer à disposição do **ASSINANTE** que pode, no prazo de validade, mencionado no item **5.1.2.1.** acima, requerer a reativação para uso ou, a seu critério, a devolução do saldo restante, em moeda corrente ou em depósito em conta corrente, em até 30 (trinta) dias da solicitação.
- 5.1.3. Os Planos de Serviço na forma pré-pago prescindem da emissão de documento de cobrança.
- 5.2. A **PRESTADORA** possibilitará a verificação pelo **ASSINANTE**, de forma gratuita e em tempo real, do crédito pré-pago disponível.
- 5.3. A **PRESTADORA** deve garantir que o **ASSINANTE** de terminal com crédito pré-pago vinculado somente utilize o STFC nas modalidades de serviço de Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional na forma pré-pago.
- 5.3.1. Não serão encaminhadas as chamadas de Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional efetuadas usando o código de seleção de prestadora que não tenha acordo para utilização da plataforma de suporte da **PRESTADORA**, nos termos do artigo 61 da Resolução 426/2005.
- 5.4. Mediante solicitação do **ASSINANTE**, a **PRESTADORA** deve tornar disponível, em até 7 (sete) dias, demonstrativo de prestação de Serviço discriminando, no mínimo: (i) o número do cartão de crédito pré-pago não vinculado ou do terminal com crédito pré-pago vinculado; (ii) a quantidade e o valor dos créditos adquiridos; (iii) o valor do crédito disponível para utilização; (iv) número de destino, data, hora, valor e duração das chamadas cobradas; (v) as facilidades adicionais utilizadas; (vi) os descontos concedidos; e (vii) o destaque do ICMS.
- 5.5. Não se aplicam ao **ASSINANTE** do Serviço na forma pré-pago as regras contidas na Cláusula Quarta acima.



CLÁUSULA SEXTA – DA ANATEL

6.1. Nos termos da Resolução nº 614/2013, informamos que a Agência Nacional de Telecomunicações tem à disposição do **CONTRATANTE** as informações regulatórias e legislativas da prestação de **STFC** nas seguintes páginas do site da agência: <<http://www.anatel.gov.br>>, <<http://legislacao.anatel.gov.br/>> e <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>> e as reclamações podem ser feitas pelo telefone **1331**, que funciona de segunda a sexta-feira, nos dias úteis, das 8h às 20h, ou também no site da **ANATEL**, através do serviço de Auto atendimento **"FOCUS"** ou ainda em sua sede/escritórios, nos seguintes endereços:

– **ANATEL - Sede -**

End.: SAUS Quadra 06 Blocos C, E, F e H - CEP: 70.070-940 - Brasília – DF - PABX: (55 61) 2312-2000

– **ANATEL – Curitiba -**

End.: Av. Vicente Machado, 720 – Bairro Batel - CEP 80420-011, Curitiba/PR
Telefone: (41) 3219-7000

– **ANATEL - Correspondência de Atendimento ao Usuário:**

Assessoria de Relações com o Usuário – ARU - SAUS Quadra 06, Bloco F, 2º andar, Brasília - DF, CEP: 70.070-940 - Fax Atendimento ao Usuário: (55 61) 2312-2264.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

- 7.1. É de inteira responsabilidade da **CONTRATANTE**, na pessoa de seus representantes, prepostos, empregados, gerentes, procuradores, sucessores ou terceiros interessados, qualquer procedimento relativo à percepção dos serviços de comunicação multimídia pelos seus clientes (internautas), que venham provocar a interposição de ações de reparação de danos morais ou materiais em razão da interrupção dos serviços.
- 7.2. A **CONTRATANTE** é inteiramente responsável pelo: *I - conteúdo das comunicações e/ou informações transmitidas em decorrência dos serviços objeto do presente Contrato; e II - uso e publicação das comunicações e/ou informações através dos serviços objeto do presente Contrato.*
- 7.3. Este contrato não se vincula a nenhum outro tipo de serviço, sendo certo que quaisquer novas obrigações ou ajustes entre as partes somente poderão se estabelecer mediante a assinatura de novo instrumento específico.
- 7.4. Os Serviços Telefônicos Fixo Comutado prestados pela **CONTRATADA** não incluem mecanismos de segurança lógica da rede da **CONTRATANTE**, sendo de responsabilidade deste a preservação de seus dados.
- 7.5. Em caso de interrupção ou degradação dos serviços que ocasione reparo **não programado**, a **CONTRATADA** deverá descontar da mensalidade subsequente o valor proporcional ao número de horas ou fração superior a 30 (trinta) minutos. O **CONTRATANTE** reconhece não ter direito a nenhum desconto, compensação, reparação ou indenização em caso de interrupção ou degradação, inferior a 30 (trinta) minutos.
- 7.6. A **CONTRATADA** tem pleno conhecimento que havendo necessidade de interrupção ou degradação do serviço **programado** por motivo de manutenção, ampliação da rede ou similares o **CONTRATANTE** que será afetado deve ser amplamente comunicado, com antecedência mínima de uma semana, devendo ser concedido abatimento na assinatura à razão de um trinta avo por dia ou fração superior a quatro horas da mensalidade subsequente. O **CONTRATANTE** reconhece não ter direito a nenhum desconto, compensação, reparação ou indenização em caso da manutenção, interrupção ou degradação do serviço for inferior a 04 (quatro) horas.



Página 7

ARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS,
DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS
SELO DE AUTENTICIDADE
Art. 9º da Lei 10228/01 e Prov. 049/02 da
CGJ Certifico que Selo de Autenticidade
de Ato foi afixado na última folha do

4 8 7 5 5

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

- 8.1. O presente instrumento vigorá por um ano, a contar da data da assinatura do **TERMO DE ADESÃO**, com renovação automática por igual período.
- 8.2. Ocorrendo infração a quaisquer cláusulas ou condições aqui pactuadas, gerará à parte contrária a faculdade de rescindir mediante Notificação à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, recaindo a parte que deu causa nas penalidades previstas em Lei e neste Contrato:
- 8.3. Poderá ser rescindido o presente Contrato, nas seguintes hipóteses:
 - 8.3.1. Em caso de notificação por escrito ou solicitação pelos meios mencionados no item 2.1.3, não cabendo indenização ou ônus de qualquer natureza, desde que expirado o prazo de fidelidade de 12 (doze) meses, caso tenha sido aceito as vantagens contidas no **TERMO DE PERMANÊNCIA**;
 - 8.3.2. Em caso de notificação por escrito ou solicitação pelos meios mencionados no item 2.1.3, antes de expirado o prazo de 12 (doze) meses, com o Reembolso das Vantagens concedidas, nas condições contidas no **TERMO DE PERMANÊNCIA**;
 - 8.3.3. Mediante disposição legal, decisão judicial ou por determinação da **ANATEL**.
- 8.4. A rescisão ou extinção do presente contrato por qualquer modo acarretará a imediata interrupção dos serviços contratados.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9. Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação ou casos omissos do presente contrato, fica eleito o foro da comarca de **Umuarama/PR**, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Umuarama/PR, 06 de fevereiro de 2018.

ASSINATURA:
PRESTADORA
CNPJ:

Qnet Telecom LTDA
07.648.681/0001-48

Testemunhas:

VALCIR SIMÃO
RG. 1.143.091-1 – SSP/PR
CPF: 967.819.719-72

MARIA HELENA SALVI FERREIRA
RG. 802.439.854-1 – RS
CPF: 389.849.700-34

1º TABELIONATO DE NOTAS DE UMUARAMA - PR
Bel. Antonio de Souza
R. Dom. Manoel de Mello, 3710 - CEP: 87501-100 - Umuarama/PR - Fone: (44) 3050-2200 / 3023-2202 - tab@tabelaopra.pr.net

Selo: AwUtG lulPv cTOcC - bxwU5 QAA6a
Consulte em <http://www.funarpen.com.br>

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
DIOGENES MARODIM FERREIRA VALCIR SIMAO MARTA
HELENA SALVI FERREIRA

Umuarama, 07 de Fevereiro de 2018
Em testemunho da verdade
NÁDIA ROGERIA FRANCISCO OCCHI - ESCRIVENTE

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
PESSOAS JURÍDICAS E PROTESTOS
1º OFÍCIO

Elvira Santos Moreira
Rosana Santos Moreira - Esc.
Vera Lucia Claus
Escritoras Juramentadas
COMARCA DE UMUARAMA - PARANÁ

REGISTRO DE TÍTULOS
DE UMUARAMA - PARANÁ

Transcrito hoje sob N.º 48755 do livro B252
do protocolo n.º A-7 do Registro Integral.
Umuarama, 08 de fevereiro de 2018

Vera Lucia Claus
Escritora Juramentada